

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIAMBIENTAL	
Fonte	OSP (Cidades)
Data	12/7/2002 Pg C8
Class.	U... 13

Remoção de areia para obras cria conflito em Ilha Comprida

Prefeitura, Estado e ONGs divergem sobre manejo porque área é de proteção ambiental

JOSÉ MARIA TOMAZELA

ILHA COMPRIDA – A Secretaria do Meio Ambiente do Estado pode autorizar a prefeitura de Ilha Comprida, no litoral sul, a retirar areia de algumas praias para a realização de obras no sistema viário. O manejo depende de estudos, pois toda a ilha faz parte de um ecossistema muito frágil e está incluída em Área de Proteção Ambiental (APA).

Segundo o diretor do Departamento de Planejamento Ambiental Aplicado, Martinus Filet, a lei que criou a APA admite a retirada de minerais, entre eles a areia, em casos excepcionais. A prefeitura foi autuada e teve uma máquina e três caminhões apreendidos, na semana passada, por estar removendo areia. O prefeito Décio Ventura (PSDB), irritado com a autuação, organizou um protesto e

ameaçou entregar as chaves da prefeitura à secretaria.

Quarta-feira à tarde, ele se reuniu com o secretário-adjunto Paulo Ferreira e chegou a anunciar ter obtido autorização para retirar a areia em locais estratégicos. “Essa providência nos dará tranquilidade para trabalhar sem conflitos com a Polícia Ambiental”, afirmou.

O anúncio causou surpresa entre ambientalistas, pois a remoção de areia na orla é crime ambiental. “Vamos mobilizar as ONGs e entidades ecológicas que atuam na região para cobrar uma explicação da secretaria”, disse o diretor da ONG Amainan, Paulo Sgroy. O diretor de Planejamento Ambiental explicou que a autorização depende ainda da concessão de uma licença, condicionada à prova de ausência de impacto.

Filet informou que a lei da APA será modificada, pois foi concebida antes de Ilha Comprida ter se tornado município. Segundo Ventura, a lei em vigor é muito restritiva e atrapalha o desenvolvimento da cidade.